

É POSSÍVEL SE FAZER EDUCAÇÃO POPULAR NO ESPAÇO INSTITUCIONAL GOVERNAMENTAL? (1)

Kátia Alves da Silva (2)

RESUMO

Tenta responder uma pergunta que se fez presente durante todo o curso de especialização em Educação Fundamental de Adultos, a partir de considerações sobre o Estado, Educação Popular e Realidade concreta na perspectiva da hegemonia popular.

(1) Trabalho elaborado na Unidade Temática II: Relações Sociedade versus Educação do Curso de Especialização em Educação Fundamental de Adultos do Programa de Mestrado em Educação do Centro de Educação da UFPE.

(2) Aluna do curso acima referido e Professora da Secretaria de Educação de Pernambuco.

Antes de ser uma simples pergunta revela a opção: do como mudar as relações sociais predominantes na nossa sociedade capitalista. Revela também, como consequência, o projeto educacional e a compreensão de categorias como Educação e Estado.

Revela ainda uma opção política quando especifica a perspectiva da educação e seu público (popular) e também indica que aquela que vem sendo desenvolvida no espaço institucional governamental não é popular ou não atende de maneira qualitativa nem quantitativa o popular que nele se encontra; e supõe uma certa antinomia entre educação popular e Estado.

Antes de responder a pergunta, pois, necessito fazer algumas considerações que, acredito, auxiliam a resposta.

A primeira é a de que a realidade não é um todo orgânico estático. Como a própria palavra orgânico sugere, é um organismo vivo. Não é acabada. Enquanto existirem homens e mulheres estabelecendo relações sociais ela vai se construindo/consolidando/transformando; assim sendo "o inacabamento da realidade faz com que a contradição implique a descoberta das tendências latentes na realidade e que constituem a mediação entre o possível e sua realização" "A tensão entre o **Já sido** e o **ainda-não** é que possibilita o surgimento e a implantação do novo" (Cury, 1987, p.31).

Um outro conceito também muito difundido revela a educação como reprodutora das relações sociais; pressupõe então que a sociedade está fora da educação e que a usa para produzir seus quadros, reproduzindo nos elementos que à mesma têm acesso sua ideologia para a atuação na sociedade.

"A educação e sua análise então, devem ter como ponto de partida sua presença imanente numa totalidade histórica e social. Ela manifesta essa totalidade, ao mesmo tempo que participa na sua produção. Tal manifestação dá-se na própria estruturação capitalista dessa totalidade. A educação então não reproduz as relações de classe, mas estas se fazem presentes na educação, articulando-a com a totalidade" (p. 14).

Se se toma, pois, a educação como parte da totalidade tem que se perceber suas contradições, de tal modo que a educação não inculca apenas a ideologia dominante.

Quando fala-se de uma educação oficial, é sempre considerando-a reprodutora da classe dominante (da ideologia desta classe que procura a hegemonia); uma idéia que não me convence, pois a educação é permeada pelas relações contraditórias da totalidade social, e, se reproduz não apenas reproduz ou melhor, reproduz as relações contraditórias das classes sociais que expressam-se através da luta de classes também na escola.

"A instituição escolar, ao filtrar uma cosmovisão através de uma proclamação ideológica universal, defronta-se com quem, no movimento contraditório da sociedade, pode pôr em risco esse mesmo anúncio. Essa possibilidade nasce do fato de que a entrada de trabalhadores na escola não é a entrada de meros receptáculos sociais da axiologia dominante, nem de meros agentes biológicos, mas de agentes históricos que, embrionariamente ao menos, na sua prática contradizem o discurso dissimulador" (Cury, 1987, p. 104).

A palavra educação nos últimos anos vem sempre adjetivada: educação para a cidadania, educação popular, educação problematizadora, educação popular democratizadora, de acordo com o objetivo e a especificidade de sua atuação.

O que significa então, educação popular?

"como uma educação do povo, alternativa à educação oficial, muitas vezes alienante e opressora. Ela é alternativa, tanto em seus conteúdos (trata de desenvolver uma cultura popular adequada às necessidades de transformação social, para vencer a dominação) como em sua metodologia (que é democrática, ou seja, recusa o autoritarismo da educação formal que separa os papéis de sujeito e objeto do processo educativo)" (Grossi, 1989, p.14); "a educação popular é um espaço no qual os setores populares desenvolvem, coletivamente, sua forma de aprender e explicar a realidade, o que contribui ao desenvolvimento do saber para transformar a realidade" (Costa-apud Grossi, 1989: 14). "Entendo a educação popular como a dimensão pedagógica intrínseca da organização/mobilização popular, classista portanto, que se realiza no processo organizativo/mobilizador, desde a forma mais simples até a mais caracterizadamente política" (Souza, 1989, p. 8).

Tais conceitos não excluem o espaço institucional governamental, apenas ampliam o "locus" de sua realização trazendo também uma dimensão política de transformação.

A educação popular então é alternativa tanto nos conteúdos como em metodologia construindo o aprender como explicação da realidade expressa nas relações contraditórias, para uma ação transformadora, logo a sua função é a produção do conhecimento útil à organização/mobilização/capacitação tendo em vista a hegemonia popular, podendo ser realizada na escola e fora da escola.

Mas, e o Estado? Considerado como representante da classe dominante, há os que dizem que não assumiria a educação popular por que "não vai criar cobra para mordê-lo mais tarde". Isto constitui-se numa idéia sensata; mas o Estado precisa ser considerado como um "espaço de luta" ou como escreve Vanilda Paiva, "O Estado como instituição que é palco de uma luta", a luta de classes (Paiva-apud Brandão, 1980:85).

No entanto, o conceito de Estado na compreensão de Gramsci como o conjunto "sociedade política + sociedade civil; isto é, hegemonia revestida de coerção" (Gramsci apud Staccone, 1987, p. 23) questiona essa concepção. Sendo a sociedade civil "uma realidade complexa, tentacular e polimorfa. É o lugar onde se elaboram e se difundem as ideologias", "base e conteúdo ético do Estado, compreende três elementos complementares: a ideologia... a estrutura ideológica (...). O material ideológico e, "é o lugar no qual os trabalhadores começam a tomar consciência de si como sujeitos explorados e como elementos de uma classe subalterna e submissa à exploração e dominação de outra classe, até descobrirem criticamente o antagonismo de classe". E à sociedade política "corresponde o **domínio direto** ou comando, que se expressa no Estado ou Governo Jurídico, isto é, a função coercitiva: jurídica, penal, policial, militar". (p. 22).

Assim o Estado não é só coerção, é a dialética coersão x consenso; e é dentro deste Estado na esfera da sociedade civil que ocorre o processo de mudanças. Mas esta não é tarefa de um educador ou de qualquer educador. A tarefa de mudança pertence como projeto ideológico-político a uma classe social e seus aliados, a partir da hegemonia popular; e a escola como parte desta totalidade a ser transformada, é um espaço para o conflito/confronto/síntese do conhecimento. (Saliento, entretanto, que esta construção do conhecimento ocorre também fora da escola).

No interior dessa perspectiva, a educação emerge "como atividade mediadora no seio de determinadas relações sociais seja para contribuir com a transformação que se faz necessária, seja para contribuir com a consolidação das novas relações de produção na perspectiva da classe popular". (Souza, 1987, p. 190).

Assim, com essas considerações, creio podermos chegar a uma indicação de resposta acerca da possibilidade ou impossibilidade de se fazer educação popular no espaço institucional governamental.

Acredito na possibilidade, contudo não é uma tarefa simples, implica na destruição de uma prática educativa e construção de uma outra em seu lugar, assumida por educadores a partir de um projeto ideológico-político de transformação/consolidação de novas relações sociais.

A tarefa da educação é sempre a de produção de conhecimentos. Conhecimento que as camadas da classe popular necessitam apropriar-se e, em confronto com o saber que possuem, construir outro conhecimento que as instrumentalize para uma ação transformadora.

Este conhecimento novo pode tanto ser produzido no espaço

institucional governamental como fora deste espaço. Mas, precisa ser produzido na perspectiva da classe popular, comprometido com seus interesses.

Outra característica importante é o novo conhecimento sobre educação. Importante para quem acredita na possibilidade, principalmente se é um educador dentro do espaço institucional governamental. A educação não responde apenas à reprodução como característica constante e histórica. "A educação, como atividade, participe das relações sociais contraditórias, é então uma instabilidade mais ou menos aberta à ação social. Se sua função social esteve mais comprometida com os interesses dos grupos dominantes do que com os interesses e valores" das camadas da classe trabalhadora, "isto não é uma fatalidade e nem é sua sina. Se coopera com a reprodução das estruturas vigentes, ela se mescla no conjunto de uma ação social transformadora que se opõe à organização capitalista de produção, mediante a aceleração da consciência de classe. E para tanto é preciso erigir sobre a prática educativa uma teoria mais elaborada que revele, no caráter hegemônico, mediador e contraditório dessa prática, os elementos decisivos de sua superação". (Cury, 1987, p. 130).

"No processo de redefinição desse projeto pedagógico, que interpreto como necessidade de elaboração/formulação de uma pedagogia própria, enquanto reflexão e teoria da educação comprometida com o projeto político da classe trabalhadora em suas diversas frações" (...) "Essa pedagogia tem de ser elaborada/formulada para permitir o desenvolvimento de uma educação não-escolar e também escolar..." (Souza, 1989, p. 15).

Uma outra questão histórica é que a educação escolar não é uma doação do Estado, é o resultado da luta das camadas da classe popular pelo acesso à educação. Luta ainda presente hoje pelo acesso, e permanência nesta escola; refletida nas grandes filas para a matrícula, na permanência mesmo após várias reprovações e na própria fala que revela a educação como esperança (mesmo que ainda individual) de satisfação das necessidades pela garantia das condições objetivas de uma atividade produtiva melhor remunerada.

A luta agora não é mais apenas pela escola; mas para reverter os benefícios que vão para o capital à educação. Passa pela qualidade e também pela quantidade, e pela adesão dos trabalhadores em educação ao projeto político de hegemonia da classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA

- CURY, Carlos Roberto Jamil (1987). **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- PAIVA, Vanilda Pereira (1980). **Estado e Educação Popular**: reolocando o problema. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense p. 79087.
- SOUZA, João Francisco de (1987). **Uma pedagogia da revolução**: a contribuição do governo Arraes (1960-64) á reinvenção da educação brasileira. São Paulo: Cortez/Autores/Associados.
- & GROSSI, Francisco Vio (1989). **Educação popular para ume democracia latino americana**. Recife: CEAAL
- STACCONE, Giuseppe (1987). **Gramsci: bloco histórico e hegemonia**. São Paulo: CPV.